

Contribuições teórico-metodológicas em Hans Küng para a relação entre religião, política e economia em busca da paz

Hans Küng's theoretical and methodological contributions to the relationship between religion, politics and economics in seeking peace

Ozenildo Santos Xavier da Rocha
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Brasil

Resumo

A pesquisa analisa as contribuições teóricas e metodológicas de Hans Küng sobre a interconexão entre religião, política e economia na busca pela paz. Inicialmente, examina as perspectivas ético-culturais e políticas da religião, ressaltando a visão de Küng acerca das religiões como fontes de valores éticos universais que favorecem a justiça social e a colaboração mundial. Em seguida, aborda a paz como um conceito ético-religioso, defendendo que ela está intrinsecamente ligada à justiça, à reconciliação e ao respeito mútuo, e deve ser promovida por meio de uma abordagem geopolítica que incorpore princípios éticos inspirados na religião. Por último, analisa o Parlamento das Religiões como um modelo teórico-metodológico para a edificação da paz global, em que os representantes de diferentes tradições religiosas trabalham juntos para estabelecer uma "Ética Mundial". A metodologia utilizada envolve revisão de literatura e análise da ética de Hans Küng como possibilidade de solução para os problemas da guerra e de conflitos na atualidade. A conclusão é que a articulação entre religião, política e economia é fundamental para um futuro pacífico, em que a paz é alcançada por meio da justiça e da cooperação internacional. As propostas de Küng proporcionam uma base valiosa para enfrentar os desafios atuais e avançar rumo a um mundo mais equilibrado e justo.

Palavras-chave

Hans Küng.
Religião.
Política.
Economia.
Paz.

Abstract

The research analyzes Hans Küng's theoretical and methodological contributions on the interconnection between religion, politics, and economics in the pursuit of peace. Initially, it examines the ethical-cultural and political perspectives of religion, highlighting Küng's view of religions as sources of universal ethical values that favor social justice and global collaboration. It then addresses peace as an ethical-religious concept, arguing that it is intrinsically linked to justice, reconciliation, and mutual respect, and should be promoted through a geopolitical approach that incorporates ethical principles inspired by religion. Finally, it analyzes the Parliament of the World's Religions as a theoretical-methodological model for building global peace, where representatives of different religious traditions work together to establish a "Global Ethic." The methodology used involves literature review and analysis of Hans Küng's ethics as a possibility to solve current war and conflict problems. The conclusion is that the articulation between religion, politics, and economics is fundamental for a peaceful future, where peace is achieved through justice and international cooperation. Küng's proposals provide a valuable basis for addressing current challenges and advancing towards a more balanced and just world.

Keywords

Hans Küng.
Religion.
Politics.
Economics.
Peace.

Introdução¹

A religião, em seus pressupostos culturais e simbólicos, poderia, a partir da cultura contemporânea, ousar falar em uma ética que fundamentasse as ações pela paz e pela justiça entre os povos? A resposta a tal questão esbarra no dilema interno das religiões que, particularmente, professam a fé em um Absoluto que as orienta, mas que, na prática, possuem suas ambiguidades históricas com dificuldades no modo como se relacionam. A emergência do desenvolvimento técnico-científico e as mudanças culturais suscitadas no contexto da modernidade tornam-se fatores importantes a serem observados pelas tradições religiosas.

Por meio dos desdobramentos científico-culturais modernos, a religião foi colocada sob suspeição em seus pressupostos de verdade que configuravam

¹ O presente artigo compõe parte da pesquisa de doutorado realizada no PPGCR da PUCMinas por este pesquisador, com as devidas adaptações e ampliações das discussões temáticas originalmente realizadas na tese. Texto da tese disponível em https://bib.pucminas.br/teses/CienciasDaReligiao_OzenildoSantosXavierDaRocha_30194_Textocompleto.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

a experiência de indivíduos em sociedade². Nesse caminho de um sagrado/religioso relegados ao foro íntimo, o seu papel de organização social abriu espaço para a secularização. Esta, por sua vez, não se confirmou em todas as sociedades industriais³ ou pós-industriais. Pelo contrário, viu-se a religião emergir com renovado vigor e com novas roupagens e adaptações.

Com o retorno da religião,⁴ ou o seu re-encantamento (Berger, 2017), em contexto de pluralidade, somado ao processo de globalização, no qual as culturas e religiões entrecruzam-se, configurando mútua influência, a pergunta pelo lugar da religião mostra-se mais pertinente. Essa questão se torna relevante em virtude de reflexões na atualidade que a classificam com um fator “sempre aí”⁵ nas sociedades hodiernas e de outrora.

Dispensa-se, por questões de delimitação deste estudo, a discussão acerca da presença e influência religiosa nos diversos contextos socioculturais e políticos. Neste sentido, enviesaremos pelas possibilidades de a religião contribuir para a paz e a felicidade humana na contemporaneidade. Presenciamos, na atualidade, conflitos em diversos pontos do planeta que, se observados mais detidamente, encontram-se permeados de compreensões religiosas em confluência com aspectos sócio-políticos e culturais. Podem ser exemplificados alguns conflitos/guerras tais como em Gaza (Mandreoli, 2024), na Ucrânia (Allen JR, 2022), no Congo (Stearns, 2023) e, de modo mais avizinado, em contexto brasileiro, situações de intolerâncias que, em muitos

² Conf. artigo de Carlos Henrique Menditti (2009) “Cristianismo em diálogo com o ateísmo [...]” no qual o autor discute as críticas do ateísmo ao cristianismo e os diálogos que se possam estabelecer entre ambos. O texto - uma tese doutoral - foi desmembrado em partes e disponibilizado em partes para acesso público na web. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15175/15175_1.PDF; https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15175/15175_4.PDF ; https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15175/15175_5.PDF. Acesso em 01/07/2022. Para uma leitura do pensamento dos “mestres da suspeita”, conf., também, artigo de Nadson Vinicius dos Santos intitulado “A violência segundo os mestres da suspeita” (LITTERATA, 2016). Disponível em <https://periodicos.uesc.br/index.php/litterata/article/view/1393>. Acesso em 01/07/2022.

³ Conf. BERGER, P. L. (2017; 2014)

⁴ Conf. artigo de Antônio Glaudenir Brasil Maia (2016) no qual o autor discute, a partir do pensamento de Gianni Vattimo, a experiência religiosa no contexto da pós-modernidade. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/5181>. Acesso em 01/07/2022.

⁵ TEIXEIRA, Faustino. Em artigo intitulado “campo religioso em transformação”, a partir da problematização do retorno ou saída da religião do espaço público, discute-se a presença da religião com base nos sentidos do IBGE e no mundo. Disponível em https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Comunicacoes_ISER_n69.pdf. Acesso em 01/07/2022. Verificar, também, palestra do autor sobre as religiões no contexto atual (parte 01). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=RHVZljrTe7U>. Acesso em 01/07/2022.

casos, culminam em violência, principalmente contra as religiões minoritárias (Resk, Tomazela; Cotrim, 2017).

Os conflitos políticos, culturais, sociais e religiosos que assolaram o século XX e persistem ainda no século XXI, como os mencionados acima, evidenciam a urgência em se construir um arcabouço ético capaz de orientar as relações internacionais e promover a resolução pacífica de disputas. A obra de Hans Küng, com sua proposta de uma ética mundial, pode oferecer um valioso instrumento para essa empreitada. Ao analisar a aplicabilidade dos princípios de Küng em contextos conflituosos, intentamos demonstrar como sua ética pode contribuir para a construção de um mundo mais justo e fraterno.

Portanto, para fins de se pensar a religião em sua relação com os problemas globais, esta pesquisa considera, em um primeiro momento, os pressupostos advindos da religião apresentados por Hans Küng para, em seguida, discutir como a paz pode ser pensada enquanto uma categoria ético-religiosa na construção de uma geopolítica com justiça entre os povos. A partir da construção apresentada por Küng, identifica-se o desdobramento teórico-metodológico que, sob sua perspectiva ético-religiosa, consolida uma reflexão inter-religiosa e intercultural do Parlamento das Religiões Mundiais, tanto como evento quanto como demarcador da teologia das religiões em sua dimensão praxica.

Considerações ético-culturais e políticas da religião em Hans Küng

A religião - mesmo considerando as ambivalências contidas em seu interior - possui elementos capazes de contribuir com as relações culturais, geopolíticas e no entendimento dos modelos de sociedade que se baseiam na ética e na moral religiosas. Pensadores nas diversas áreas têm-se debruçado sobre essa constatação, especialmente nas Ciências da Religião e Teologia. Hans Küng⁶, em seu projeto que contempla a participação da religião na

⁶ Hans Küng (nascido em 19 de março de 1928, Sursee, Suíça – falecido em 6 de abril de 2021, Tübingen, Alemanha) foi um teólogo católico romano suíço cujas controversas visões liberais levaram à sua censura pelo Vaticano em 1979. Küng estudou na Universidade Gregoriana em Roma e obteve um doutorado em teologia pelo Instituto Católico da Sorbonne

construção de um mundo melhor para se viver, destaca-se como um expoente no campo da teologia a partir de uma reflexão ético-teológica que se expandiu pelo mundo, influenciando lideranças religiosas, políticas e econômicas. Dessa maneira, ao discutir “as religiões mundiais e ética mundial”, Küng (2003, p. 100) verifica:

Concretamente, as religiões não oferecem modelos teóricos e práticos totalmente diversos, e até contraditórios entre si? Há diferenças tanto nas doutrinas e escritos quanto nos ritos e instituições e, por fim, também na ética e na disciplina? Os adeptos das religiões sabem bem demais onde há discordâncias em questões práticas. Cristãos sabem muito bem que os muçulmanos e os budistas renunciam a qualquer forma de bebidas alcoólicas. Aqueles, por sua vez, sabem que o álcool é permitido para os cristãos. Judeus e muçulmanos sabem que os cristãos podem comer carne de porco. Os cristãos também sabem que para judeus e muçulmanos a carne de porco é considerada impura. Siks e judeus ultraortodoxos não podem cortar a barba e o cabelo. Os hindus, mas também os cristãos e muçulmanos podem decidir desta ou de outra forma. Os cristãos podem matar animais, os budistas, não. Os muçulmanos podem ter mais esposas, os cristãos, somente uma, e assim por diante (Küng, 2003, p. 100).

A ponderação apresentada por Küng ressalta, de certo modo, o que se percebe no interior das tradições em termos de regulação ética e moral, ao mesmo tempo que suscita a questão da relação entre as diferentes tradições em torno de práticas comuns que favoreçam o bem comum. Neste sentido, argumenta Küng (2003, p. 100): “mas será que os adeptos das diferentes religiões também sabem tão bem o que eles têm em comum em termos de

em 1957. Foi ordenado padre católico romano em 1954 e lecionou na Universidade de Münster na Alemanha Ocidental (1959-60) e na Universidade de Tübingen (1960-96), onde também dirigiu o Instituto de Pesquisa Ecumênica a partir de 1963. Em 1962, foi nomeado pelo Papa João XXIII como *perito* (consultor teológico) para o Concílio Vaticano II. Os escritos prolíficos de Küng questionaram a formulação de doutrinas tradicionais da igreja como a infalibilidade papal, a divindade de Cristo e os ensinamentos sobre a Virgem Maria. Em 1979, uma censura do Vaticano que proibiu seu ensino como teólogo católico provocou controvérsia internacional e, em 1980, um acordo foi alcançado em Tübingen que lhe permitiu ensinar sob os auspícios seculares em vez dos católicos. Sua pesquisa posterior se concentrou na cooperação inter-religiosa e na criação de uma ética global. No início do século XXI, Küng publicou uma série de memórias. Disponível em <https://www.britannica.com/biography/Hans-Kung>. Acesso em 03 de outubro de 2024.

ética? De modo algum o sabem. Por isso, aquilo que une as grandes religiões deveria ser exatamente trabalhado com base nas fontes”.

Desta constatação, Küng destaca algumas perspectivas para as religiões mundiais em sua tarefa de aproximação e diálogo. Uma delas é trabalhar para “o bem-estar das pessoas”. Sob esse olhar, as religiões podem ser consideradas como aquelas que “oferecem uma orientação religiosa fundamental”. Neste sentido, tais dados podem ser percebidos nas ofertas de “apoio, ajuda e esperança em face da dinâmica própria de todas as instituições humanas, em face dos interesses próprios dos diferentes indivíduos e grupos e diante das avalanches de informações através da mídia” (Küng, 2003, p. 101).

Para citar alguns exemplos de como a orientação ocorre no contexto das religiões, pode-se verificar que no judaísmo, a partir da tradição profética, o professar que se crê em Deus coincidiria com “estar verdadeiramente engajado no bem-estar das pessoas”. De forma enfática, podem-se perceber no “duplo mandamento judaico do amor a Deus e ao próximo e sua radicalização (até o amor ao inimigo) no sermão da montanha de Jesus”. Ainda se verifica no Alcorão a “exigência intransponível” que aponta a “justiça, por existência verdadeira e por boas obras”. No caso do budismo, há a proposta de “superação do sofrimento”, ao passo que no hinduísmo, destaca-se o “desejo por realização do ‘dharma’ e a exigência confuciana de preservar a ordem cósmica e, por conseguinte, a humanidade (Küng, 2003, p. 101-102).

Outra perspectiva apresentada para as religiões mundiais por Küng são “as máximas elementares da humanidade”. Com essa consideração, pode-se entender que, embora as religiões corram o risco da fixidez em seus postulados doutrinários e teológicos, “ainda assim, quando querem, elas conseguem, com autoridade e força de convencimento distintas daquelas dos políticos, juristas e filósofos, conferir valor às máximas elementares fundamentais para a humanidade”.

Desse modo, “todas grandes religiões exigem determinados padrões não negociáveis”. Essa prerrogativa está ancorada em certa compreensão de que as religiões possuem “normas incondicionalmente vigentes [que] se contrapõem a um libertinismo sem princípios, que vive somente do presente e se orienta exclusivamente conforme a situação”. Sobre este dado, ainda que se perceba essa conservação doutrinária no interior da religião, ressalta-se que “essas normas não podem ser aplicadas no espírito de um legalismo escravo, que procura se orientar somente na letra da lei sem se importar minimamente com a situação concreta” (Küng, 2003, p. 103).

Discorrendo, ainda, sobre as perspectivas éticas da religião, Küng verifica que a busca pelo “caminho do meio” pode ser encontrada nas diversas tradições religiosas ou filosóficas. Para ele, “todas as grandes religiões promovem imagens de ação, que apontam para um caminho do meio”. Desse modo, “tal caminho é muito importante, haja vista a complexidade de tendências, emoções e interesses individuais e coletivos”. Tendo como base esse olhar que contempla o equilíbrio qualitativo nas relações e decisões empreendidas, Küng destaca que “todas as religiões exigem, não somente determinadas regras do jogo, mas determinadas disposições, comportamentos e ‘virtudes’ capazes de dirigir o comportamento das pessoas a partir de dentro (Küng, 2003, p. 104). De modo a exemplificar, tal caminho pode ser percebido ou traduzido para a situação atual como “um caminho entre o realismo ignorante e o irracionalismo lamentador, entre a fé na ciência e a satanização da mesma, entre uma simples democracia formal e uma democracia totalitária”.

Entre as perspectivas éticas globais apontadas por Küng para a religião, talvez a que mais sobressaia em questões de cunho humanístico-religiosas seja a regra áurea, pela qual as pessoas recebem das religiões “aquele imperativo categórico imensamente importante para a sociedade atual, a qual compromete com outra profundidade e outro fundamento”. Tal regra áurea está para além de uma norma hipotética e condicional, mas se apresenta como algo “perfeitamente praticável diante da situação altamente complexa em que indivíduos ou grupos devem agir”. Se pensada em termos filosóficos

modernos a partir de Kant, poderia ser afirmada com a sua sentença “age de tal forma que essa máxima de tua vontade valha a cada momento como o princípio de uma legislação universal (Küng, 2003, p. 105).

Mesmo que se verifiquem, no interior das tradições religiosas, atitudes que carecem de revisão crítica, tais como “autoritarismo, obediência cega” ou “violência contra a consciência”, Küng destaca que, apesar destas constatações “as religiões podem oferecer motivações éticas”, pois “conseguem oferecer não somente ideias eternas, princípios abstratos e normas gerais [...], mas também a corporificação viva de uma nova postura”. Para Küng, diante “de tanta frustração, letargia e apatia, especialmente nas gerações jovens” há um contributo de motivações no interior das religiões que permitem ação e transformação de realidades (Küng, 2003, p. 106).

Com a possibilidade de incentivar e motivar à ação, as religiões podem, fundamentadas em pressupostos de humanização e o convite a viver em profundidade, contribuir para um “horizonte de sentido e determinação de objetivos”. Para Küng, resguardada a autocrítica a ser feita no contexto das religiões, “mesmo assim, se elas querem, elas podem ainda hoje - ou, talvez, hoje novamente -, com uma convicção única, atuar contra o vazio e a falta de sentido que milhões de pessoas sentem [...], apresentado um horizonte de sentido [...] e ‘uma última determinação de sentido objetivo’” (Küng, 2003, p. 107).

A paz como categoria ético-religiosa e sua construção geopolítica

Um tema que pode ser pensado no contexto das religiões e do mundo globalizado, com as suas complexidades advindas desse contexto atual, é a questão da paz. Embora, por vezes, possa se constituir como algo estritamente relacionado aos ordenamentos religiosos ou subjetivos, ao ser tematizada no espaço público nas relações sociais, torna-se um elemento ético articulado e buscado por setores diversos.

As ciências humanas - sobretudo nas reflexões éticas - intentam caminhos possíveis para um modo de vida razoável e ecologicamente

sustentável⁷. Em termos religiosos, o tema vai desde a pacificação que se orienta pela confiança e esperança em Deus, à compreensão dos fatores sociais que possibilitam viver em paz, como no caso do compromisso com justiça social e os direitos humanos⁸. Em termos socioculturais, a paz pode ser pensada, também, a partir da não violência no contexto das interações e relações entre os atores sociais⁹. A paz - por vezes enfatizada estritamente com a manutenção e aumento da cultura armamentista a qual supostamente garantiria a segurança das sociedades -, também pode ser pensada a partir de políticas de prevenção à violência, com implementação de medidas que venham a mitigar problemas sociais¹⁰. Tanto no âmbito local quando global, a paz tornou-se um fator emergente diante dos grandes desafios de governança global que tem sido buscada a partir de diálogos.

A globalização, com seus desdobramentos políticos, sociais e econômicos, aproximou culturas e religiões, tornando a convivência algo desafiador para todos, em virtude das trocas e contatos mais aproximados. Seja pela “estranheza” da aproximação, que ocasiona o medo, seja pela intolerância que insiste em não reconhecer a legitimidade e a dignidade das outras culturas, ambas são faces de uma reflexão mais que urgente e necessária na contemporaneidade. Comentando sobre a possibilidade de as religiões elaborarem um “programa” ideal para se pensar e agir em termos globais, Küng verifica que “as religiões, contudo, só se tornarão dignas de crédito quando aplicarem os critérios éticos a si próprias sempre que aqueles forem pregados “ao mundo” (Küng, 2003, p. 111). Com essa assertiva, percebe-se que as religiões já têm, a partir das reflexões de setores internos

⁷ Conf. O trabalho de JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma nova ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006. Além deste texto o autor ainda discute em outras obras a relação entre ciência e ética, tendo em vista a sustentabilidade da vida e a responsabilidade humana diante das próximas gerações e do planeta.

⁸ Conf. RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. *Religiões e paz: Perspectivas teológicas para uma aproximação ecumênica das religiões*. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2012v10n27p917/4314>. Acesso em 13 de julho de 2022.

⁹ Conf. ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: Ágora, 2006.

¹⁰ Conf. estudo realizado por COELHO, Elza Berger Salema (ORG; et al) da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC intitulado “Políticas Públicas do enfrentamento da violência”, os autores discutem o tema da violência a partir de dados aportados em estudos no Brasil, dando ênfase ao contexto da saúde. Disponível em <https://violenciaesaude.ufsc.br/files/2015/12/Políticas-Publicas.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2022.

a elas, iniciado “um processo de conscientização que visa a uma responsabilidade ética global”. Em tal encaminhamento - destaca Küng , “na ética, o mais importante não é o sistema teórico a que se toma referência” [...] e destaca:

Na ética, o mais importante é aquilo que se vive de forma prática na vida diária e também aquilo que se deixa de fazer. E justamente na práxis, as pessoas religiosas de diferentes credos têm se encontrado e se entendido. Para a pessoa oprimida, subjugada, machucada ou desprezada e que necessita de ajuda, tanto faz se a ajuda recebida é motivada por uma postura cristã, budista, judaica ou hinduísta. Nessa medida, tanto nas coisas pequenas quanto nas grandes, pode-se conseguir algum consenso no que diz respeito a uma ação comum ou àquilo que deve ser evitado. Isso é possível mesmo que os pressupostos teóricos e as implicações das diferentes religiões sejam diferentes (Küng, 2003, p. 111).

Com o critério apontado acima, Küng desenvolveu reflexões das mais diversas - teologia, ética, política e economia (Küng, 2004; 1999; 2001; 2003), - no intuito de apresentar a paz em bases realistas e dialógicas, tendo em vista a construção de um mundo mais assertivamente direcionado para um projeto aberto e comum a todas as religiões, culturas e instituições.

As contribuições de Küng sobre a paz ocupam um lugar na reflexão voltada à construção de relacionamentos globais e locais, com perspectivas de transformação do quadro de intolerâncias, injustiças e negação da dignidade humana no mundo atual, questões verificadas, também, no interior das religiões e culturas.

O contexto atual pós-moderno fez emergir exigências que as religiões e culturas não têm como ignorá-las. Küng enumera tais exigências apontando parâmetros para a construção de uma ética e de responsabilidades globais que devam ser pensadas e articuladas em conjunto voltadas à paz entre os povos, as religiões e as culturas. Neste sentido, ele pondera, “neste novo milênio devemos buscar um caminho para uma sociedade na qual as pessoas tenham

os mesmos direitos e convivam em solidariedade¹¹. Para tanto, devem ser dados alguns passos” como se verifica abaixo:

Superar as diferenças que dividem pobres e ricos, poderosos e pessoas sem poder; deixar para trás as estruturas que provocam fome, provação e morte; superar o desemprego de milhões de pessoas; modificar o mundo onde os direitos humanos são violados e as pessoas são torturadas e isoladas; superar uma forma de vida em que os valores morais e éticos são burlados e até desprezados. Faz-se necessária uma nova ordem social no mundo (Küng, 2003, p. 116)

Tomando como base esse dado elencado por Küng na atualidade, pode-se compreender, como ele mesmo destaca, que, nas sociedades contemporâneas, há uma urgente necessidade que convida a compreender “não somente liberdade, mas ao mesmo tempo justiça”. Este último, Küng enfatiza e comenta dando ênfase na América Latina que, de acordo com ele, há uma “crise social e ecológica crônica”, “a qual, em determinados setores e regiões assume o caráter de verdadeiras catástrofes” (Küng, 2003, p. 116).

Como um desdobramento da reflexão acima, Küng ainda ressalta que, se a liberdade com justiça social deve ser empenhada nas sociedades atuais, do mesmo modo, a igualdade deve ser entendida na condição de uma pluralidade. Para ele, trata-se de “não somente igualdade, mas ao mesmo tempo, pluralidade”. Sendo assim, destaca que “neste Terceiro Milênio devemos achar um caminho que contemple a diversidade de culturas, tradições e povos [...], a fim de vivam de forma reconciliada”. Prossegue:

Para tanto, são necessários alguns procedimentos: devem ser superadas as divisões excludentes, que são promovidas por discriminações racistas, étnicas e culturais; deixar de lado a marginalização de dois terços do mundo; deixar para trás a herança do antissemitismo e suas trágicas consequências, em

¹¹ Na discussão de Küng em torno da participação das religiões na esfera pública, ainda que não o faça assumindo categoricamente uma teologia que se queira pública, de fato, percebe-se que a sua proposição perpassa essa condição. Em outras palavras, sua reflexão parte de um discurso religioso com capacidade de dialogar e abarcar as experiências cotidianas no cenário contemporâneo. Pelo fato de propor a colaboração e participação social a partir de valores oriundos da tradição religiosa, Küng reverbera o conceito de público na teologia, ocupando-se da reflexão que pode ser feita dela na sociedade, servindo-se dos dados que nascem do interior da teologia.

nossas sociedades e em nossas igrejas. Necessária se faz uma nova ordem mundial pluralista (Küng, 2003, p. 117).

A partir dessa concepção, que contempla a aceitação e o respeito mútuos entre tradições e povos, Küng destaca que, além de um olhar que pensa a fraternidade como elemento de unidade e comunhão, deve-se pensar em termos de irmandade, ou seja, “devemos abrir caminho para uma sociedade renovada de homens e mulheres, na igreja e na sociedade. Uma sociedade na qual, em todos os níveis, as mulheres e os homens carregam uma parte igual da responsabilidade e na qual as mulheres podem desenvolver livremente seus dons” (Küng, 2003, p. 117). Tendo em vista este aspecto que faz irmanadas todas as pessoas, Küng observa que alguns passos devem ser dados, a saber:

Superar as divisões entre homens e mulheres na igreja e na sociedade; deixar de lado a desvalorização e a falta de compreensão para com a contribuição irrenunciável das mulheres; superar os papéis e os estereótipos ideologicamente fixados para homens e mulheres; superar a negação de reconhecer as dádivas dadas às mulheres em prol da vida e para o processo de decisão na Igreja. Necessária se faz uma ordem mundial companheira! (Küng, 2003, p. 117-118).

Se, por um lado, pensa-se a reconciliação que possibilita o reconhecimento da dignidade das mulheres, por outro, tem-se o olhar atento para o campo da economia com sua produtividade e os impactos no meio ambiente. Sobre este dado, Küng observa: “devemos buscar meios que possibilitem a comunhão das pessoas humanas com todas as criaturas, uma comunhão em que também se observem os direitos e as integridades das mesmas”. Por isso, ao avaliar os meios de produção na atualidade e o consumo nas sociedades, Küng destaca que “não somente produtividade, mas também, solidariedade com o meio ambiente”. Dessa maneira, alguns aspectos da produção apresentados pela sociedade atual hão de ser superados, qual seja:

Superar a compreensão de divisão entre as pessoas e o resto da criação; deixar de lado um estilo de vida e um modo de produção que prejudique profundamente a natureza; superar

o individualismo que danifica a integridade da criação em prol de interesses privados. Necessária se faz uma ordem mundial *amiga da natureza!* (Küng, 2003, p. 119).

Diante da abertura que contempla familiaridade com todas as formas de vida e com o meio ambiente, considera-se, ainda, a reconciliação entre culturas e religiões, partindo-se desde o interior do cristianismo e abrindo-se para a convivência social e global. Por isso mesmo, verifica Küng, “não somente tolerância, mas ecumenismo”. Sendo assim, “no novo milênio devemos construir pontes para uma comunhão mais consciente da necessidade do constante perdão e da constante renovação”. Para essa construção, balizada pelo encontro colaborativo entre tradições religiosas, são requeridos alguns pressupostos, quais sejam:

Superar as divisões que ainda hoje persistem nas igrejas; deixar de lado a desconfiança e a inimizade na relação entre as pessoas; deixar de lado a carga da lembrança paralisante do passado; superar a intolerância e a negação de reconhecer a liberdade de religião. Necessária se faz uma ordem mundial *ecumênica!*” (Küng, 2003, p. 119).

Diante das exigências que a contemporaneidade nos apresenta, as religiões têm a possibilidade de avaliar criticamente seu papel no processo de contribuição para a paz. Esse papel emerge tanto da confiança e fé num Absoluto que comunica bondade e amor, quanto da dimensão prática dessa profissão de fé ou convicção que torna concreta essa experiência de profundidade.

Neste sentido, a partir de uma proposição real e concreta, tomados os recursos presentes no interior de cada tradição religiosa, verifica-se a possibilidade de tornar a presença pública da religião como instituição cooperadora dos processos de transformação no mundo, em parceria com as demais instituições da sociedade.

Partindo-se dessa compreensão, podem ser percebidas, em nível global e local, propostas que visam contribuir com a paz na sociedade atual. Uma iniciativa tal se verifica no Parlamento das Religiões, uma instituição que propõe, sob ponto de vista ético e moral, a cooperação com a sociedade a

partir do diálogo entre as diversas religiões, e destas, com a sociedade, economias e governos.

O Parlamento das Religiões e a construção teórico-metodológica para um mundo com paz

O Parlamento das Religiões surge como uma proposta que intenta trazer os valores mais expressivos das tradições de maneira dialógica e propositiva, de modo que, a partir do lócus religioso, sejam vislumbradas alternativas de cooperação e diálogo com as instituições da sociedade em geral. Sendo assim, na proposta de uma ética global para a paz e justiça entre os povos verifica-se caminho concreto de ação entre as tradições religiosas envolvidas no processo de reflexão e ação. Como verifica Nascimento (2018, p. 24), o Parlamento das Religiões foi o precursor de iniciativas que possibilitaram ações concretas em torno da pauta da paz entre as pessoas e culturas. Como destaca-o:

O primeiro Parlamento das Religiões Universais, acontecido de 11 a 27 de setembro de 1893, na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, foi considerado “o primeiro encontro formal das religiões universais na história do mundo” [...]. O encontro teve a duração de 18 dias entrando na história das religiões universais como um importante acontecimento - “alvorada do pluralismo religioso”. Ao mesmo tempo, representou a “introdução das religiões asiáticas no Ocidente” e expressa o começo do diálogo inter-religioso e o começo de um novo século. Um dos contemporâneos da época o descreveu como “talvez a mais importante assembleia religiosa já ocorrida” [...] (Nascimento, 2018, p. 24).

Dessa maneira, considerados os impactos e o que se poderia esperar de tal evento, “o Parlamento avaliou a ocorrência como “uma nova era na evolução da vida religiosa para o mundo” (Hasselmann, 2003, p. 28 *apud* Nascimento, 2018, p. 24). Comentando sob essa nova fase experimentada pelas religiões a partir e como um desdobramento do evento, Friedrich Max Müller (1823-1900) destaca este como “um dos mais memoráveis acontecimentos da história do mundo” (Hasselmann, 2003, p. 27 *apud*

Nascimento, 2018, p. 24). Discorrendo sobre o Parlamento, Silva (2018, p. 15) aponta que “a proposta de promoção de um encontro entre as várias religiões através de seus representantes demonstra que a ideia de construir pontes entre elas tem se tornado cada vez mais uma demanda do mundo moderno”.

Para ela:

O Parlamento das religiões mundiais procura fazer frente à essa demanda colocando-se a missão de cultivar a harmonia entre as diferentes tradições espirituais através de seus representantes e estimulando a busca de um mundo com mais paz, justiça e sustentabilidade (Silva, 2018, p. 15).

Da realização do Primeiro Parlamento das religiões, em 1893, até a realização do segundo, nesse período de um século, o mundo experimentou duas grandes guerras, cujas implicações afetaram profundamente os indivíduos e sociedades em tempos posteriores. Dadas as especificidades históricas e contextuais do Primeiro e do segundo Parlamento das Religiões,

[...] é perceptível a discrepância de anos entre a realização do primeiro e do segundo parlamento (1893 -1993), fundamentada pelos desafios emergidos no início do século XX, com as duas guerras mundiais e as mudanças profundas ocorridas no campo político, tecnológico, científico e religioso (Nascimento, 2018, p. 26).

Em todas as mudanças supracitadas e em cada uma delas, novos desafios foram colocados a todas as instituições da sociedade e, de maneira específica, a todas as religiões que, de uma ou de outra forma, relacionam-se com o modo em como as sociedades se organizam. O primeiro Parlamento¹², portanto, tornou-se referência em termos de diálogo inter-religioso, na medida em que, posteriormente a ele, as organizações tomam como base sua

¹² Sobre o ponto de vista sociocultural, vale destacar “o contexto histórico e social em que aconteceu este parlamento no final do século XIX, marcado pela sobreposição da razão e do cientificismo em relação à religião. Onde a sociedade começou a ser fortemente influenciada pelos ideais do positivismo e principalmente inicia-se o processo de secularização, no qual as grandes religiões começam a perder espaços de poder e a se distanciar do espaço público. Muitos cientistas políticos começam a anunciar o “fim da religião”, previsão esta que não se confirmará no decorrer da história” (Nascimento, 2018, p. 26).

proposição concreta e realista¹³. Para Nascimento, “a mudança de consciência pode ser comprovada concretamente pelas organizações inter-religiosas que foram surgindo nos anos posteriores ao Parlamento” (2018, p. 25)¹⁴.

O segundo Parlamento das Religiões ocorreu no ano de 1993¹⁵, no fim de um século que experimentou alterações e transformações socioculturais, políticas e econômicas, e que se perguntava pelo futuro, questionando como o mundo poderia ser mais adiante. A partir dos conturbados anos das grandes guerras mundiais, tais desafios fizeram emergir do interior do cristianismo - e das outras tradições - possibilidades de enfrentamento dos problemas que

¹³ Após a realização do primeiro e do segundo Parlamento das Religiões, como um desdobramento e ampliação das propostas advindas desde sua criação, realizaram-se encontros diversos em anos posteriores, intentando, a partir do diálogo inter-religioso, propor uma colaboração pública das religiões no contexto das sociedades globais. Comentando sobre a realização do Parlamento das religiões em épocas e lugares diversificados, Bruna Milheiro Silva (2020) destaca que o terceiro Parlamento ocorreu na cidade do Cabo, África do Sul, em 1999. O quarto Parlamento ocorreu em Barcelona, na Espanha, em 2004. O quinto Parlamento ocorreu em 2009, na Austrália, em Melbourne. Já o sexto Parlamento se deu na cidade de Salt Lake, EUA, em 2015. O sétimo Parlamento ocorreu em 2018, em Toronto, no Canadá.

¹⁴ Comentando este desdobramento das propostas de diálogo inter-religioso advindas do primeiro Parlamento das Religiões, Nascimento (2018, p. 25-26) destaca que “Chistel Hasselmann (2003, p. 28) elaborou um resgate histórico sobre o surgimento destas organizações que, a partir do primeiro Parlamento das Religiões Universais de 1983 em Chicago, começaram a despontar no cenário internacional. Sete anos mais tarde, em 1900, em Boston, através, entre outros, de alguns participantes do primeiro parlamento, foi fundada a mais antiga organização inter-religiosa, a “Associação Internacional para a Liberdade Religiosa” (*International Association for Religious Freedom - IARF*). Outras surgiram, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Em consequência das migrações e viagens, o diálogo inter-religioso transformou-se em um movimento que se estabeleceu em muitos países, fazendo-se realidade em muitas religiões, especialmente as cristãs. Criaram-se organizações nacionais e internacionais como o “Congresso Mundial da Fé” em 1936 (*World Congresso of Faith - WCF*), o “Templo da Compreensão” em 1960 (*Temple of Understanding - ToU*), a “Conferência Mundial sobre Religião e Paz” em 1970 (*World Conference on Religion and Peace - WCRP*) e outras, que assumiram a tarefa de superar as tradicionais relações de distanciamento, marcadas pelo espírito do exclusivismo e da irreconciliação entre as religiões. Estas organizações surgiram com o objetivo de colaboração mútua, para que as religiões deixassem o isolamento e sua incomunicabilidade e pudessem colaborar umas com as outras para o bem de toda a humanidade”.

¹⁵ “Muitos acontecimentos ao longo dos anos sucederam-se ao primeiro parlamento, esses se caracterizaram como entrave para a continuação do diálogo entre as religiões desestabilizando o mundo: o desmoronamento da sociedade burguesa e do mundo eurocentrista por ocasião da primeira Guerra Mundial em 1918, provocando o esfacelamento do milenar império alemão, do reino czares; o fim dos 400 anos de cristandade protestante e da moderna teologia liberal; o fascismo na Itália, na Espanha e em Portugal, e o nacional-socialismo na Alemanha, que provocou a segunda Guerra Mundial em 1945 e a perseguição aos judeus. Após estes fatos que abalaram a paz e a ordenação mundial, começaram a surgir muitas organizações que percebem no diálogo o caminho para a reconstrução da paz” (Nascimento, 2018, p. 27). A autora ainda destaca que em tais circunstâncias surgiram movimentos que culminariam com a criação de organizações como o Conselho Mundial de igrejas (CMI) “em 1948, mesmo ano da promulgação por parte das nações unidas da Declaração Universal dos Direitos Humanos”. verifica-se, também e eminência do Concílio Vaticano II, com o qual se discutiu e possibilitou o diálogo com o mundo moderno, e deste diálogo, abertura para se pensar a relação do cristianismo com as demais religiões.

assolavam um mundo globalizado e que atingia a todos, em proporção maior ou menor em seus impactos.

É desta constatação acima que as religiões, de maneira renovada, e tomando como referência a situação atual do mundo globalizado, reúnem-se, novamente, no segundo Parlamento das Religiões. Com um papel preponderante entre os participantes, e com contribuição metodológica e teórica, Hans Küng traz em sua teologia ecumênica e crítica os pressupostos do que, mais adiante, facultaria a formulação do documento intitulado “A Declaração do Parlamento das Religiões Mundiais”, assinado por representantes de diversas religiões. Sobre este aspecto, Kirchner e Nascimento pontuam:

O itinerário para a organização do mais importante Parlamento das Religiões Mundiais que, além de celebrar o centenário da realização do Primeiro (1983-1993), apresentou ao mundo o projeto de uma ética mundial elaborado por Hans Küng desde os primórdios de 1980 [...]. Na América, havia sido constituído um grupo de interessados nas questões inter-religiosas, com o objetivo de organizar o Segundo Parlamento das Religiões Mundiais, ao mesmo tempo em que, na Alemanha, Hans Küng vinha trabalhando em uma ideia por ele denominada de “Projeto Ethos Mundial”. A semana histórica de 28 de agosto a 4 de setembro de 1993, em que os delegados do Parlamento das Religiões Mundiais discutiram a Declaração para uma Ética Mundial, foi precedida de muitos acontecimentos importantes. Foram quatro anos de preparação intensa para a elaboração deste documento (Kirchner; Nascimento, 2019, p. 278-279).

Sobre o desafio de comunicar, a partir dos pressupostos religiosos, uma ética que perpassasse a todas as tradições representadas no documento, sua formulação sofreu críticas e ajustes por parte dos representantes religiosos, de modo que, ao cabo de sua revisão e consenso¹⁶, foi apresentado no

¹⁶ Sobre a construção e análise do documento até se chegar ao apresentado oficialmente, Kirchner e Nascimento (2019, p. 279) comentam que: “Esta Declaração esboçada por Hans Küng, em um primeiro estágio foi formulada um preâmbulo, e destinada a vários estudiosos competentes de diversas religiões do mundo e concomitantemente debatida em muitas palestras proferidas em diversos lugares. Aos 14 de julho de 1992, o primeiro projeto da Declaração foi enviado aos peritos para correções e comentários, sendo melhorado com as inúmeras sugestões de detalhes, porém, a estrutura básica permaneceu inalterada. O segundo projeto aperfeiçoado foi concluído em 12 de outubro de 1992 e remetido a Chicago para

segundo Parlamento das Religiões como uma “Declaração do Parlamento das Religiões Mundiais”. Notadamente, embora o documento tenha, em sua gênese, partido da orientação de um teólogo cristão - Hans Küng -, seu desdobramento e abertura, com suas contribuições e críticas, possibilitaram expandir o objeto ao qual o documento viria a representar: uma ética para a paz entre as religiões e os povos.

Em tal pressuposto e considerando os problemas que afetam todos os humanos, Küng destaca: “nosso mundo atravessa uma crise fundamental: uma crise da economia mundial, da ecologia mundial, da política mundial. Por todo o lugar lamentam-se ausência de uma visão ampla [...]. Há muitas respostas velhas para desafios novos” (Küng; Schmidt, 2001, p. 15). A proposta de uma Declaração do Parlamento das Religiões Mundiais, com a consequente elaboração de uma ética mundial, caminhou nesta direção, ou seja, apontar alternativas e soluções reais para os problemas humanos em busca da paz entre os povos.

A Declaração do Parlamento das Religiões Mundiais seguiu alguns passos metodológicos, os quais possibilitaram falar de um *lócus* comum e consensual entre as tradições religiosas. Dessa maneira, destacam Kirchner e Nascimento:

O documento metodologicamente dividido em três partes contemplou uma distinção entre o nível ético e o puramente legal ou político, com uma definição precisa do termo “Ética Mundial” na primeira parte. Segundo o princípio básico encontrado em todas as tradições religiosas de que “todo ser humano deve ser tratado humanamente” e a “regra de ouro” do “não façais aos outros o que não queres que faça a ti” na segunda parte e as exigências éticas fundamentais que Hans Küng intitulou “mandamentos humanos” (não mateis, não roubeis, não mintais, não cometais imoralidade sexual) explicitadas na terceira parte da Declaração (Kirchner; Nascimento, 2019, p. 280).

discussão no conselho do Segundo Parlamento das Religiões Mundiais. Küng relata que ‘vários cardeais e bispos estudaram atentamente o projeto, como também eruditos e monges de religiões não cristãs’ (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p. 58). Contudo, somente em 13 de junho de 1993, o Dr. Daniel Gómez-Ibañez envia uma resposta positiva. Após breves correções, com a colaboração do colega Dr. Karl-Josef Kuschel e tradução do professor Swidler para o inglês definitivo, Hans Küng envia o documento concluído para o corpo de diretores do Parlamento em 17 de julho de 1993, sendo que, em seguida, veio a aprovação. Mais de cem pessoas das grandes religiões foram envolvidas no processo de consulta”.

Como um documento dirigido a todas as pessoas, já em sua apresentação dos “princípios de uma ética mundial”, verifica-se: “somos homens e mulheres que professam os mandamentos e práticas das religiões mundiais. Afirmamos já haver um consenso entre as religiões, capaz de constituir a base para uma ética mundial: um consenso fundamental mínimo, no que se diz respeito a valores obrigatórios, parâmetros inamovíveis e atitudes morais básicas (Küng; Schmidt, 2001, p. 16-17).

No primeiro ponto do documento, afirma-se que “não há nova ordem mundial sem uma ética mundial”. Com essa declaração, quer se compreender que “todos somos responsáveis por uma ordem mundial melhor”, de maneira que “os princípios manifestados [na] declaração podem ser assumidos por todos os seres humanos”. Neste sentido, destaca-o:

Em uma situação mundial tão dramática, a humanidade não precisa apenas de programas e ações políticas. Ela precisa também de uma *visão de convivência pacífica dos povos*, dos agrupamentos étnicos e éticos das religiões, sob uma atitude de corresponsabilidade partilhada, em relação ao planeta terra (Küng; Schmidt, 2001, p. 19).

O segundo ponto do documento, pode-se dizer, é um desdobramento da compreensão do ponto anterior. Ou seja, afirma-se e defende-se que há um desafio básico a ser levado em conta, a saber, que “todo ser humano tem de ser tratado de forma humana” (Küng; Schmidt, 2001, p. 21). Com isso, o documento endossa que “todo ser humano - sem distinção de idade, sexo, raça, cor, capacidade física ou intelectual, língua, religião, convicção política, origem nacional ou social - é dotado de dignidade intocável e inalienável”.

Tomando-se como pressuposto a dignidade humana e como se pode contemplar esse valor, o documento apresenta “quatro preceitos inamovíveis”, com os quais se fundamenta o exercício de uma ética em consenso e diálogo entre as tradições. O “compromisso com uma cultura da não violência e do temor diante da vida” é o primeiro preceito. Com ele, declara-se, “sem paz mundial, a humanidade não sobrevive”, pois “todos

neste Cosmos estamos ligados uns aos outros e somos mutuamente dependentes” (Küng; Schmidt, 2001, p. 25).

O segundo preceito trata-se de um “compromisso com uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa”. Deste compromisso destacam-se “os grandes desafios relacionados com a pobreza extrema que ainda predominam no mundo”. Para Küng, vivenciar uma cultura de solidariedade é entender que o acúmulo de bens sem a compreensão do “bem comum” pode contribuir com a violência física, moral e política entre as pessoas, ferindo a sua dignidade enquanto humanos. Por isso, o fator “educação” tem grande relevância quando se trata desta temática. Para ele, “os jovens já deveriam aprender na família e na escola que a propriedade, por menor que seja, cria obrigações. Seu uso deve, ao mesmo tempo, servir ao bem comum” (Küng; Schmidt, 2001, p. 27).

Outro preceito - o terceiro - defendido na Declaração é o “compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade”. Em tal premissa está a busca por viver no âmbito individual e social a partir do que se configura como honesto e verdadeiro. Como um desdobramento do mandamento “não matarás”, esse antigo preceito, de acordo com Küng, aplica-se aos variados ordenamentos das sociedades e culturas, a saber: “para os meios de comunicação em massa”, “para a arte, a literatura e a ciência”, “para os políticos e partidos políticos” e “para os representantes das religiões” (Küng; Schmidt, 2001, p. 31).

O “compromisso com uma cultura da igualdade de direitos e companheirismo entre homem e mulher” é o quarto preceito que reconhece ainda haver no mundo hoje “formas condenáveis de patriarcalismo” com as quais a religião e a sociedade têm de lidar. Por isso, “ao invés de humilhação ou dominação, que são expressões de violência e frequentemente geram reações violentas, cultivar respeito, compreensão, companheirismo”. Por se constituir como proposta para um caminho de vida às pessoas e culturas, as religiões, imbuídas desse pressuposto, podem oferecer libertação que consiste em respeito e companheirismo entre homem e mulher. Desse modo, “no plano

das nações e religiões, só se pode praticar o que já se vive no plano das relações pessoais e familiares” (Küng; Schmidt, 2001, p. 37).

A Declaração do Parlamento, por fim, apela para a “mudança de consciência”, compreendendo que o mundo realmente só será viável e com paz quando se entender que há a necessidade da mudança de rumos experimentada até então, superando os desafios com ética e responsabilidade de todos para com todos. Dessa maneira, enfatiza o documento:

Apelamos a todos os habitantes de nosso planeta: não se pode mudar nossa Terra para melhor sem que se mude a consciência do indivíduo. Pronunciamos-nos em favor de uma mudança individual e coletiva da consciência, em favor de um despertar de nossas forças espirituais, por meio da reflexão, meditação e oração e pensamento positivo, em favor de uma conversão dos corações. Juntos podemos mover montanhas! Sem riscos e disposição ao sacrifício não haverá mudança de base em nossa situação! Por isso comprometemo-nos com uma ética mundial: com uma maior compreensão mútua, e com formas de vida compatíveis com as dinâmicas sociais, promotoras da paz e benéficas à natureza (Küng; Schmidt, 2001, p. 39).

A Declaração do Parlamento das Religiões Mundiais configura-se, portanto, como uma maneira prática e realista, propositiva e dialógica, a partir das religiões, de uma ética possível que perpassa às diversas tradições, com desdobramentos e implicações para todas as esferas de vida na sociedade.

Considerações finais

Hans Küng, com sua proposta de uma ética mundial, oferece uma contribuição fundamental para o debate sobre os desafios éticos da globalização. Ao propor um diálogo inter-religioso e intercultural em suas reflexões, Küng demonstra que as religiões podem ser uma força positiva para a transformação social. Sua obra, que busca estabelecer um fundamento comum para a convivência humana, encontra eco nos debates atuais sobre a necessidade de um diálogo inter-religioso e intercultural, como aqueles promovidos pelo Parlamento das Religiões.

A relevância do pensamento de Küng torna-se ainda mais evidente quando deparamos com conflitos complexos como os de Gaza, Ucrânia e Congo. Nesses contextos, a violência, a injustiça e a violação dos direitos humanos exigem soluções que vão além das abordagens puramente políticas ou econômicas. A ética, tal como concebida por Küng, pode oferecer uma bússola moral para orientar a busca por soluções justas e duradouras.

No caso de Gaza, a aplicação da ética de Küng poderia contribuir para a construção de um cessar-fogo duradouro e para a resolução das questões humanitárias. Os princípios de dignidade humana e justiça social, defendidos por Küng, poderiam ser utilizados para pressionar por um fim ao bloqueio econômico e para garantir o acesso da população a recursos básicos como água, alimentos e cuidados médicos. Além disso, o diálogo inter-religioso poderia facilitar a construção de pontes entre as comunidades palestina e israelense, promovendo a compreensão mútua e a coexistência pacífica.

No conflito ucraniano, a ética de Küng poderia contribuir para a busca por uma solução negociada e para a reconstrução do país. Os princípios de solidariedade e respeito pelos direitos humanos poderiam ser utilizados para pressionar as partes envolvidas a buscarem uma solução pacífica e para garantir a proteção dos civis. Além disso, o diálogo inter-religioso poderia ajudar a superar as divisões étnicas e religiosas que alimentam o conflito.

No caso do Congo, a ética de Küng poderia contribuir para a luta contra a corrupção, a impunidade e a violência. Os princípios de justiça e responsabilidade poderiam ser utilizados para exigir que os líderes políticos e militares sejam responsabilizados por seus crimes e para promover a construção de um Estado de direito. Além disso, o diálogo inter-religioso poderia ajudar a fortalecer a sociedade civil e a promover a reconciliação nacional.

Embora a ética de Küng ofereça uma perspectiva valiosa, reconhece-se nelas as suas limitações. Alguns críticos argumentam que sua proposta é demasiado abstrata e não oferece diretrizes concretas para a ação política. Outros questionam a sua ênfase na religião, que pode ser vista como uma limitação para um projeto universal (Freitas, 2010, p. 110-114). Além disso, a aplicação da ética de Küng em contextos específicos pode enfrentar desafios

complexos, como a resistência de atores poderosos e a falta de consenso sobre os valores fundamentais.

Entretanto, a proposta de Hans Küng representa uma contribuição importante para o debate sobre os desafios éticos da contemporaneidade. Ao propor um projeto de ética mundial, Küng busca estabelecer um fundamento comum para a convivência humana, transcendendo as diferenças religiosas e culturais. Sua obra inspira movimentos e iniciativas em todo o mundo que buscam promover a paz, a justiça e a compreensão mútua entre as diferentes culturas e crenças. No entanto, a aplicação de seus princípios em contextos específicos exige um esforço contínuo de reflexão e adaptação.

Referências

ALLEN JR, J. L. *Com guerra na Ucrânia, cenário religioso global está destinado a mudar*. Instituto Humanitas Unisinos. Adital. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/616527-com-guerra-na-ucrania-cenario-religioso-global-esta-destinado-a-mudar>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BERGER, P. *Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. 1ª. ed. RJ: Editora Vozes, 2017

BERGER, P.; LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2018.

BRITÂNICA. *Filosofia e Religião*. Personagens religiosos e estudiosos. Disponível em <https://www.britannica.com/biography/Hans-Küng>. Acesso em 03 de outubro de 2024.

COELHO, E. B. S. (ORG). *Políticas Públicas do enfrentamento da violência*. Disponível em <https://violenciaesaude.ufsc.br/files/2015/12/Políticas-Publicas.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2022.

FREITAS, A. N. *Ética cristã e diálogo: a criteriologia inter-religiosa de Hans Küng no projeto da ética mundial e suas incidências na vida cristã*. Disponível em https://bib.pucminas.br/teses/CiencReligiao_FreitasAN_1.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

JONAS, H. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma nova ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

KIRCHNER, R.; NASCIMENTO, M. L. O. (2019). Segundo Parlamento das Religiões Mundiais: A esperança de uma ética mundial na perspectiva de Hans Küng. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 12(35), 273-296. doi:10.4025/rbhranpuh.v12i35.45915. Disponível em <https://ojs.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/45915/751375148328>. Acesso em 17 dez. 2024.

KÜNG, H. *Projeto de ética Mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. 4.ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

KÜNG, H. *Religiões do mundo*. Em busca de pontos comuns. Campinas, São Paulo: Verus Editora, 2004.

KÜNG, H. *Teologia a caminho*. Fundamentação para o diálogo ecumênico. Paulinas, 1999.

KÜNG, H; SCHMIDT, H. *Uma ética mundial e responsabilidades globais: duas declarações*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MAIA, G. B. (2016). *O fenômeno do retorno da religião e secularização segundo Gianni Vattimo*. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/5181>. Acesso em 01/07/2022.

MANDREOLI, F. Israel-Palestina: contexto religioso do conflito. Instituto Humanitas Unisinos. *Adital*. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/637662-israel-palestina-contexto-religioso-do-conflito-artigo-de-fabrizio-mandreoli>. Acesso em: 17 dez. 2024.

MARSHALL, B. *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: Ágora, 2006.

MENDITTI, C. H. *Cristianismo em diálogo com o ateísmo: As críticas do ateísmo humanista, suas interpelações e a fundamentação da fé cristã como afirmação e desenvolvimento integral do humano*. (2009). Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teologia da PUC-Rio. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15175/15175_5.PDF. Acesso em 01/07/2022.

NASCIMENTO, M. L. O. *O diálogo inter-religioso como pressuposto para a construção de uma ética mundial: a perspectiva de Hans Küng*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas Sociais aplicadas. (2018). Disponível em

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6816173#. Acesso em 07 de julho de 2022.

NUNES, T. R. O retorno sagrado na contemporaneidade. *Artigos Originais Psicol.* USP, 19, (4), Dez 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pusp/a/GBzKgwnW6cyvHHzvHjrJvDj/#>. Acesso em 01/07/2022.

RESK, F.; TOMAZELA, J. M.; COTRIM, J. Brasil registra uma denúncia de intolerância religiosa a cada 15 horas. Instituto Humanitas Unisinos. *Adital*. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/573570-brasil-registra-uma-denuncia-de-intolerancia-religiosa-a-cada-15-horas>. Acesso em: 17 dez. 2024.

RIBEIRO, C. O. *Religiões e paz: Perspectivas teológicas para uma aproximação ecumênica das religiões*. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2012v10n27p917/4314> . Acesso em 13 de julho de 2022.

ROCHA, O. S. X. A teologia pública de David Tracy e a categoria reino de Deus na teologia de Jürgen Moltmann: contribuições analógicas para práticas de diálogos inter-religiosos e interculturais. Disponível em https://bib.pucminas.br/teses/CienciasDaReligiao_OzenildoSantosXavierDaRocha_30194_Textocompleto.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

DOS SANTOS, N. A violência segundo os mestres da suspeita. *Litterata: Revista do Centro de Estudos Hélio Simões*, v. 6, n. 2, p. 8-25, 2 out. 2017. Disponível em <https://periodicos.uesc.br/index.php/litterata/article/view/1393>. Acesso em 01/07/2022.

SILVA, Bruna Milheiro. *A religião para além das fronteiras religiosas: uma análise das trajetórias de Martin Luther King Jr e Mohandas Karanchand Gandhi a partir do Projeto Weltethos (ética mundial)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (2018). Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6915/1/brunamilheirosilva.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

SILVA, B. M. Parlamento das religiões. In: RIBEIRO, C. O.; ARAGÃO, G.; PANASIEWICZ, R. (ORGs). *Dicionário do pluralismo religioso*. São Paulo: Editora Recriar, 2020.

STEARNS, J. A Igreja foi um dos protagonistas-chave do surgimento da democracia na República Democrática do Congo. Instituto Humanitas Unisinos.

Adital. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625941-a-igreja-foi-um-dos-protagonistas-chave-do-surgimento-da-democracia-na-republica-democratica-do-congo>. Acesso em: Acesso em: 17 dez. 2024.

TEIXEIRA, F. *As religiões no contexto atual* (parte 01). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=RHVZljrTe7U>. Acesso em 01/07/2022.

TEIXEIRA, F. *Campo religioso em transformação*. Disponível em https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Comunicacoes_ISER_n69.pdf. Acesso em 01/07/2022.

Trabalho submetido em 04/10/2024.

Aceito em 19/12/2024.

Ozenildo Santos Xavier da Rocha

Doutor em Ciências da Religião (PUC-MG). Mestre em Teologia da Práxis pela Faculdade Jesuíta de Teologia e Filosofia-BH (FAJE). Especialista em Teologia Sistemática (FATE-BH). Atualmente, é bolsista do Programa de Desenvolvimento da Pós-graduação (PDPG) - Pós-Doutorado Estratégico da CAPES -, realizando sua pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PPGCR PUC Minas). Bacharel em Teologia pela FBMG (Faculdade Batista de Minas Gerais) com curso convalidado pela FATE-BH (Faculdade Teológica de Belo Horizonte). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2256-2886>. E-mail: ozenildosantos@yahoo.com.br